

A Educação Física no 1.º Ciclo do Ensino Básico — Região Autónoma dos Açores

Direcção Regional da Educação Física e Desporto
Região Autónoma dos Açores

Não é nossa intenção com esta comunicação, debater quaisquer questões de natureza exclusivamente teórica, mas não podemos deixar de dizer que hoje a grande questão em debate não é tanto a Educação Física no 1.º Ciclo do Ensino Básico. É isso mas é mais. É o conceito e o seu indispensável conteúdo multioperacional.

Apesar do seu interesse fundamental, precisamos menos de matéria de investigação académica sobre o desenvolvimento motor e a importância da Educação Física no 1.º Ciclo e mais fundamentação praxica e intervenção institucional. Não se trata de nenhum apelo redundante mais ou menos profissionalista. Trata-se de clarificar o objecto e a metodologia deste corpo académico.

A grande questão é esta: Vamos leccionar Educação Física ou outra qualquer coisa? Ou seja, o programa é uma derivante científica pertinente e exequível ou é objecto substituível por qualquer metodologia de animação?

As instituições, por finalidade, procuram afirmar e ganhar novos espaços de poder, e este ganha-se para além do discurso, pela afirmação de determinadas práticas no tecido social educativo.

Isto pensamos ser inquestionável. Sobre esta reflexão os interessados não podem adormecer, e por vezes há impaciências e impotências conjunturais que se misturam e enlaçam, limitando-nos a observação do campo de desenvolvimento das tendências.

O argumento de que é preferível fazer alguma coisa para os alunos do que não se fazer nada é parcialmente verdade mas é aniquilador se lhe falta a perspectiva.

O que nós precisamos no 1.º Ciclo é acção educativa e não somente animação instrutiva. Fazer do acto educativo um processo consciente, reduzindo a dimensão da acção alienante pseudo formadora dum certo modelo de desenvolvimento e formação desportiva.

Evidentemente que os diferentes processos de intervenção no 1.º Ciclo se devem complementar. Sem dúvida, mas não é isso que está acontecendo. O que se tem excluído por processos é a dimensão curricular e programática de Educação Física no 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Ao colocarmos o problema desta forma estamos tão somente a expôr sinteticamente uma certa concepção de Educação Física, indispensável à percepção e compreensão de quaisquer medidas de natureza orgânica e estrutural.

Consideramos pois, para relatar a nossa experiência na Educação Física do 1.º Ciclo do Ensino Básico, ser importante para uma mais exacta percepção da nossa realidade, situarmos o enquadramento institucional da Educação Física no contexto da Região Autónoma dos Açores.

Assim, a Secretaria Regional da Educação e Cultura compreende quatro Direcções Regionais, entre as quais a Direcção Regional da Educação Física e Desporto.

Especificando, a disciplina de Educação Física está integrada nesta Direcção, a qual tem como atribuições conceber, coordenar e apoiar as actividades nesta disciplina curricular.

A Direcção Regional compreende duas Direcções de Serviço, entre as quais a Direcção de Serviços de Educação Física e Desporto Escolar. Porém, a distância que vai entre este órgão de concepção e gestão e a prática lectiva é enorme se levarmos em consideração o nosso quadro de referências perspectivado para a autonomia lectiva dos professores do 1.º Ciclo. Mais abstractamente, a necessidade duma cultura educativa multidisciplinar e integradora das potencialidades e objectivação humana.

Necessitávamos de cobrir este fosso, de introduzir agentes e processos de provocação que abanassem, em devida medida, ideias e práticas sedimentadas por um tempo de ausência duma filosofia e prática corporal, consubstanciada no conhecimento e nas práticas estruturantes que a Educação Física oferece.

Nesse sentido, a Direcção Regional criou uma estrutura de apoio específico ao 1.º Ciclo do Ensino Básico denominada Coordenação Concelhia, a qual depende directamente de três Coordenações de Zona, a funcionar nos ex-distritos — Angra, Horta e Ponta Delgada, cuja Direcção Pedagógica é conceptual e operacionalmente assegurada por professores de Educação Física destacados para este efeito.

A Coordenação Concelhia nos Açores é composta por um grupo de 35 Coordenadores Concelhios, que são professores do 1.º ciclo destacados, distribuídos pelos vários Concelhos, que em regime de itinerância

percorrem todas as Escolas e apoiam todos os professores várias vezes por mês. Estes contactos são necessariamente diferenciados derivando das dificuldades apresentadas pelos professores, e poderão ir desde a substituição do professor da classe durante a aula, à inter-ajuda na realização da mesma, até ao apoio na organização das situações de aprendizagem, na realização do plano, etc.

A existência e a funcionalidade de uma estrutura desta natureza, assenta fundamentalmente na necessidade de implementação de uma área curricular, que por barreiras duma certa cultura educativa e de formação tem dificuldades de ocupar o seu lugar na Escola.

Para que se prossigam os objectivos para os quais foi criada, tem de ser reflectida continuamente, de forma a que seja uma estrutura actuante e não de contemplação e estagnação.

É primordial assentar na objectivação deste sub-sistema, orientando-o fundamentalmente para o desenvolvimento dum clima de representação no corpo docente da indispensabilidade da Educação Física no 1.º Ciclo, atendendo às grandes lacunas existentes, quer em vivências anteriores, quer na formação inicial dos docentes.

Por outro lado, é indispensável dotá-lo de competências relativamente à prática pedagógica, de forma a que se ganhem aos poucos autonomia e confiança, como também dotar de condições físicas as Escolas e apetrechar com material, para que possam desenvolver com meios aquilo a que nos propomos.

Com base na realidade da Escola que temos, trazida diariamente dos contactos estabelecidos, e os objectivos que preconizamos relativamente ao que deve ser a Educação Física no 1.º Ciclo, a nossa intervenção tem três dimensões fundamentais e fortemente ligadas: a prática pedagógica, a formação e o apetrechamento.

Se é certo que é função do professor na Escola é dar Educação Física aos seus alunos, também é certo que é manifesta a insegurança e a dificuldade sentida pela grande maioria. É fundamental que lhes seja dado todo o apoio, não os substituindo na sua função.

Para que se concretizasse um apoio eficaz e pertinente, que respondesse às verdadeiras carências existentes, que se traduziam fundamentalmente na aplicação do programa com coerência, sequência e pertinência, foi necessário arranjar uma estratégia de formação estruturada de acordo com as reais necessidades, que não perturbasse grandemente o ritmo escolar normal e que não se traduzisse em custos que levariam ao abandono logo à partida.

A estratégia elaborada assentou em alguns princípios fundamentais:

- Incluir na formação matérias que se projectam no novo currículo escolar;
- Optimizar recursos humanos regionais pertencentes à estrutura da DREFD;

- Repartir a formação ao longo do ano lectivo, por 4 momentos por forma a tornar as matérias mais assinaláveis e causar menos transtorno às actividades lectivas normais.

Para esse efeito, no início de cada ano lectivo e com o apoio da Equipa de Programas de Educação Física, têm-se desenvolvido processos de formação para Coordenadores Concelhios no âmbito dos novos programas e em dimensões carenciadas definidas a partir duma avaliação feita pelos Serviços no ano lectivo anterior.

Correndo o risco de ser redundantes, não podemos deixar de reafirmar ser este um percurso de remediação.

Mas como todos os percursos de remediação ou não, em gestão é indispensável otimizar recursos humanos próprios, com risco, se assim não fôr, de as medidas serem meramente administrativas.

Neste enquadramento, e ainda que saibamos que o domínio do conhecimento e das práticas por parte dos Coordenadores Concelhios não é o melhor, não deixamos por isso de determinar que seja esta estrutura a responsável directa pela desmultiplicação de formação de todos os professores deste ciclo de ensino.

Em termos quantitativos adiantamos que durante o ano lectivo 1990-1991 realizaram-se 201 Acções de Formação, perfazendo uma carga horária de 603 horas, abrangendo todos os professores do 1.º Ciclo da Região, e em 1991-1992 realizaram-se 200 Acções de Formação com uma carga horária de 600 horas, abrangendo também todos os professores em leccionação na Região, sendo a formação nos dois anos sobre as novas matérias do programa.

A primeira reacção do professorado, de uma forma genérica, foi de resistência e distanciamento (ou antes desconfiança) a este processo de formação.

Hoje com segurança, dizemo-lo desta forma, porque os órgãos de concepção assentam a sua prática funcional em mecanismos de *feed-back* bem próximos da realidade educativa, podemos afirmar da enorme aceitação, mais do que isso, desejo de prolongar esta metodologia de formação específica.

Em síntese, foi necessário vencer barreiras relativamente à disponibilidade do professorado, mas também barreiras próprias de quem tem que funcionar com responsabilidades e competências para as quais até então não se encontrava solicitado. Falamos obviamente dos Coordenadores Concelhios.

Sensível a este tipo de reacções foram equacionadas estratégias de acompanhamento da Coordenação de Zona aos contextos mais complexos.

Hoje estamos em condições, grosso modo, para dizer em que dimensões e em que matérias os professores e os próprios Coordenadores Concelhios, na sua acção de formadores, estão mais carenciados.

Não estamos ainda em condições de perspectivar a formação por grupos de nível, mas estamos em condições de organizar a formação diferenciadamente em cada uma das Coordenações de Zona (este é um salto qualitativo de grande dimensão).

Naturalmente, não podemos avançar dados de um estudo que se torna necessário fazer, sobre a influência destes processos na mentalidade e na prática pedagógica do professorado. Evidentemente que falamos num estudo com garantia e qualidade. A seu tempo terá lugar, porém, não deixamos de lançar alguns instrumentos de avaliação, que com o mínimo de segurança nos dessem indicadores de análise deste nosso percurso.

E como resultado dos mesmos, e de outros dados de natureza empírica, afirmamos sem qualquer equívoco, que hoje, a Educação Física é uma disciplina bem mais prestigiada no seio do corpo docente, que aumentou o número de professores disponíveis para chamar a si a leccionação da Educação Física, que a dimensão dos problemas de desenvolvimento curricular têm um carácter qualitativo superior.

Percebe-se, ou pelo menos queremos deixar entender, que a aplicação dos programas de Educação Física é entre outras tendências de desenvolvimento um ponto nuclear de síntese, sobre um trajecto de apuramento de qualidades físicas e motoras que queremos ver adquiridas na população estudantil. Daí que, para além dos mecanismos sistemáticos de *feed-back* para uma prática pedagógica pessoalmente assumida, em integração com os processos de formação desenvolvidos em quatro momentos ao longo do ano lectivo, (concebidos pela unidade do planeamento lectivo), a definição de princípios e práticas de construção de espaços lectivos e equipamento didáctico é problema de grande pertinência.

Nesse sentido, a DREFD e os seus Serviços de Educação Física criaram um conjunto de medidas imediatamente operacionais para a resolução deste problema.

Neste contexto definimos os seguintes critérios:

Para disponibilização de espaços de prática e apetrechamento didáctico

1 — Nas Escolas com limitações físicas para o cumprimento integral dos programas, promovemos solidariedades institucionais e mecanismos intrínsecos à formação própria da gestão do espaço lectivo, que assentam no seguinte:

- a) Realização de protocolos com os Municípios, em que a Direcção Regional disponibiliza verbas para aquisição de materiais, e outras instituições, particularmente Câmaras e Juntas de Freguesia, disponibilizando estas mão-de-obra e maquinaria, com vista à construção de espaços acimentados de 20 × 20 e melhoria de

outras instalações específicas para o efeito das aulas de Educação Física. Nesse sentido durante os anos lectivos de 1990/92 foram estabelecidos 23 protocolos com 16 Câmaras Municipais, tendo sido beneficiadas 67 Escolas (25% do total de Escolas existentes nos Açores).

- b) Apetrechamento das Escolas com os seguintes recursos didácticos: em média 30 bolas por classe, arcos, patins, *skates*, raquetes, enfim, todos os materiais indispensáveis ao cumprimento integral do programa.

Evidentemente que este princípio coloca exigências financeiras avultadas, por isso mesmo o seu cumprimento é progressivo, mas assente no critério fundamental de que antes de alguém ter tudo, ninguém deixa de ter o indispensável para a realização da prática pedagógica.

- c) Contudo, existe um princípio axial que muito linearmente (no vulgo) se traduz em entregar o seu a seu dono, quer dizer, que subjacente a estas medidas administrativas e pedagógicas, está a preocupação de um discurso e de uma prática que empurre cada Escola para a co-responsabilidade de gerir os recursos didácticos ao seu dispôr.

Em síntese, diremos que as medidas tomadas de fora para dentro projectam-se no sentido duma dimensão mais vasta de preocupação para com a nossa disciplina.

Em termos de rotina, diremos que a cultura que se pretende criar, passa por cada um assumir que é tão importante arranjar o espaço de trabalho para a Língua Portuguesa ou para a Matemática como para a Educação Física.

Em jeito de conclusão, sobre as diferentes dimensões de intervenção dos serviços na Educação Física do 1.º Ciclo do Ensino Básico, diremos que só uma prática integradora de matriz sistémica, que acompanhe sistematicamente o natural fosso que se abre entre o espaço da concepção e a realização na gestão de recursos físicos e humanos, pode dar um caminho positivo à resolução dos problemas e à sua elevação a um nível de qualidade e reflexão a todos os níveis diferente e superior.

Relembramos que estamos a expor uma experiência bem própria, partindo de pressupostos teóricos e filosóficos que no início da nossa comunicação procurámos clarificar. É à luz disso mesmo que as questões se devem colocar, quer dizer que, estamos num contexto de análise da gestão do espaço e duma prática educativa que não foi objectivada duma matriz teórica e duma formação inicial aberta e francamente assumida nos processos de desenvolvimento integrado da formação humana.

Estamos muito claramente, a resolver problemas, num quadro exterior de referências com antinomias bem diferenciadas.

Serve esta memória para muito distanciadamente assumir que este trajecto tem virtudes e inadaptações.

Claramente afirmamos, que a procura das virtudes deste sistema, em sua lógica estrutural e funcional, só pode assumir-se conscientemente a partir do devido distanciamento dum certo ideário dogmatizado. Isto significa que as realidades só podem ser assumidas enquanto tal (e a realidade é aquela que todos nós conhecemos independentemente do *input* que cada um oferecer), mas necessariamente prenhes de uma linha de orientação que coloque a Educação Física e as competências docentes nos limites do seu lugar no espaço educativo.

Deste modo, este sistema funcional tem a grande virtude de se objectivar na sua própria anulação, ou seja, a resolução desta problema não passa substancialmente por aqui, mas passa também por aqui.

Por resoluções temporais intermédias, conscientes, objectivadoras dum espaço de reflexão que verte numa prática e dum discurso. Esta, é a grande virtude do sistema, o ter consciência da sua função e do seu terminus.

Pois de facto, seria bem mais fácil, mas bem mais doloroso, ter um conjunto de técnicos especializados da área da Educação Física no lugar do professorado, nós isso não queremos, aceitamo-lo sim, como momento, como episódio de remediação e provocação estrutural e funcional, mas indispensavelmente catalizador de uma mentalidade diferente.

Resolver as disfunções do macro-sistema, no contexto numa prática consencionalizada, é em si a grande virtude desta estrutura.

Inevitavelmente, e por considerarmos que as representações e relações humanas não são lineares, em particular a sua complexidade por se elevar a níveis de projecção profissional fortemente ideossincráticas, uma estrutura deste tipo cria os seus próprios problemas de cunho bem disfuncional.

Ou seja, não é pacífica a resultante do facto de muitas vezes o Coordenador Concelhio assumir o papel de professor de educação Física da classe, tal como não é pacífica a resultante que esse facto projecta no quadro e no nível de representações que o Coordenador Concelhio tem de si próprio.

Resumidamente, queremos dizer que uma estrutura deste tipo, a não estar unificada pelos princípios fundamentais de um quadro de referências a seu tempo teórico, facilmente descamba para a assumpção de chamar a si uma dimensão de intervenção que definitivamente não lhe compete. E estas são questões difíceis de resolver.

Em gestão, podemos entender várias formas necessariamente derivantes de várias teorias para resolver os problemas. Ou se buscam caminhos de solução administrativa, pelo recurso a normas fortemente delimitadoras da prática quotidiana, ou se desenvolvem mecanismos de clarificação funcional do sistema, profundamente objectivadas, mas de carácter bem participativo.

O nosso caminho desenvolve-se nesta segunda via.

Conscientes do natural desenvolvimento de mentalidades «parasitárias», relativamente às finalidades do sistema em causa, procuramos colectivamente chamá-las à razão, facultando um clima positivo à criação de formas de intervenção praxica, orientadas no sentido de apurar resultados quantitativos que aproximem a estrutura da sua finalidade.

A experiência desenvolvida ao longo dos anos têm obrigado a reflexões sistemáticas sobre o seu desenvolvimento e permitindo o traçar de novos rumos de evolução.

Assim, em aprofundamento recente pudémos concluir que as apostas feitas na expansão e generalização da prática regular das actividades físicas nas nossas escolas tinha atingido índices de sucesso significativo.

Todavia, o processo seguido assente em lógicas de generalização, logo homogéneas, esgotam as suas potencialidades.

Necessitamos portanto de criar e promover uma nova dinâmica que se particularize e se integre na expressão particular de cada escola e comunidade educativa.

O suporte dessa dinâmica deve materializar-se em projectos para o desenvolvimento da Educação Física nas diferentes escolas e tendo como referência de harmonização os objectivos determinados pela Administração Regional e globalmente se sintetizam:

- na assumpção do professor do 1.º ciclo como responsável pela área da Educação Física;
- na garantia de apoio sistemático e diversificado a esses professores, garantindo a sua progressiva estabilidade e engenho.
- na criação de mecanismos tendentes a elevar o número de horas semanais de actividade regular e de extensão em actividades de carácter pontual e multidisciplinar.

Estes projectos passarão a ser o elemento nuclear de avaliação de todos os níveis de responsabilidade, permitindo-nos duma forma mais rigorosa e sistematizada reforçar os aspectos positivos dos mesmos e procurar soluções para tudo o que mostre ser obstáculo e entrave ao seu desenvolvimento.

Concluimos a nossa intervenção reafirmando, em primeiro lugar, a indispensabilidade ao sistema de reflectir sobre si próprio, clarificando as suas próprias opções. Em segundo lugar, determinar o conjunto de medidas de carácter estrutural, que facilitem o percurso para essas mesmas opções. Em terceiro lugar, objectivar e operacionalizar o conjunto das decisões clarificadoras da funcionalidade da estrutura. E em quarto lugar, estabelecer e projectar mecanismos de avaliação que possibilitem elevar o grau de exigência do contexto educativo.